

Contas Públicas Para BC, meta não será atingida nem com controle de gastos

Governo admite não ter como reduzir dívida a 46,5% do PIB

Mônica Izaguirre
De Brasília

O governo admitiu ontem que não tem como reduzir a dívida líquida do setor público a 46,5% do Produto Interno Bruto (PIB) até final de 2001.

A impossibilidade de se chegar a este patamar no prazo estabelecido foi reconhecida pelo chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, ao divulgar que a dívida fechou setembro em 48,5% do PIB e saldo de R\$ 547,97 bilhões.

Não houve nenhum desleixo no controle dos gastos. Ao contrário, de janeiro a setembro, o valor economizado pelo setor público para pagar os juros de sua dívida (superávit primário) superou o que o governo tinha prometido ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O superávit primário atingiu R\$ 35,27 bilhões. A promessa era chegar a setembro com R\$ 29 bilhões.

O problema é que, com a revisão dos números do PIB, a relação dívida/produto mostrou-se maior do que se pensava. Em consequência, o esforço de economia previsto até final de 2001 revelou-se insuficiente para reduzir o endividamento a 46,5%. O Depec esperava que a revisão do PIB provocasse impacto de apenas um ponto percentual nesta relação. Mas efetivamente, o impacto foi de quase quatro pontos. O saldo da dívida em agosto, que o BC tinha divulgado ser de 44,7% do PIB, na verdade era de 48,6%. O número do final de 1999, que era de 48,6%, também foi revisado, para 49,7%.

Lopes disse que o superávit primário prometido para 2000 na última revisão do acordo com o FMI é próximo de R\$ 37 bilhões. E isso, segundo ele, representará um esforço fiscal superior aos 3,25% do PIB até então programados. Ainda assim, as projeções mostram uma dívida superior a 46,5% do produto nacional no final de 2001, informou. Ele só não quis revelar em quanto ela estaria no final do ano que vem.

O próprio ministro da Fazenda, Pedro Malan, sempre deixou claro que o objetivo do programa trienal traçado no final de 1998 era estabilizar a dívida em 46,5% do PIB. Em função disso é que foram estabelecidas metas de superávit primário tão ambi-

ciosas. Altamir Lopes não admite, nem de longe, que se fale em fracasso. Diz que o mais importante é que a dívida pública vai continuar caindo e se estabilizar num patamar inferior ao atual.

Novas quedas da dívida em relação do PIB, porém, não deverão ocorrer no curto prazo. O chefe do Depec disse que em outubro, a proporção certamente voltará a subir, superando os 48,5% verificados no final de setembro. Ele explicou que a previsão está realacionada à desvalorização cambial já ocorrida no mês. Parte do endividamento público é atrelada ao dólar. Quando a taxa de câmbio aumenta, sobem os encargos financeiros que se incorporaram mês a mês ao saldo da dívida.

Em setembro deste ano, os juros e correção da dívida pública totalizaram R\$ 7,45 bilhões. O montante foi inferior ao de agosto, mês de maior desvalorização. Mas superou o de setembro do ano passado. Em função disso, o déficit nominal do setor público subiu quando medido em 12 meses, saindo de 3,44% para 3,81% do PIB. Como em outubro já ocorreu desvalorização superior a de outubro de 1999, a tendência do déficit nominal é subir ainda mais até final do ano, reconheceu Altamir Lopes. Ele não descarta a possibilidade de que o número do ano fechado seja de 4% do PIB. Antes da revisão do PIB, a estimativa era de 3,6%. Quanto ao superávit primário, ele disse que o valor exato da meta para o ano já está definido, mas que só será divulgado depois que a direção do FMI aprovar o novo memorando. O memorando de junho, último divulgado, estabelecia uma meta superior a R\$ 38 bilhões para o ano 2000. Mesmo com a queda em termos nominais, porém, o novo valor ficará mais alto como proporção do PIB, disse Lopes.

Com a sobra de mais de R\$ 6 bilhões conseguida em relação à meta de superávit primário do período janeiro-setembro, o setor público precisa fazer uma economia de R\$ 1,72 bilhão no último trimestre para chegar aos R\$ 37 bilhões. Isso é mais que o superávit primário acumulado em igual período de 1999, quando União, Estados, Municípios e empresas estatais economizaram, no consolidado, R\$ 524 bilhões para pagar juros e correção de dívida.

Necessidades de financiamento do setor público

Fluxos mensais, com desvalorização cambial, em R\$ bilhões

Discriminação	Mar	Abr	Mai	2000* Jun	Jul	Ago	Set
Nominal	-1,169	5,171	3,648	2,751	4,147	4,439	3,395
Governo central	-2,287	3,660	2,946	1,961	2,174	-0,362	-0,227
Governo federal e BC (1)	2,055	4,750	3,360	1,490	2,284	1,297	1,172
Empresas estatais federais	-0,272	-1,091	-0,413	0,470	-0,111	-1,659	-1,399
Governos regionais	1,118	1,511	0,701	0,790	1,974	4,801	3,622
Estados	0,871	1,145	0,358	0,406	1,483	4,033	3,163
Municípios	0,154	0,165	0,306	-0,281	0,525	0,485	0,472
Empresas estatais estaduais	0,102	0,196	0,037	0,100	-0,102	0,229	-0,024
Empresas estatais municipais	-0,010	0,006	0,000	0,003	0,067	0,05	0,011
Juros nominais	4,491	8,866	8,299	4,537	5,170	10,924	7,452
Governo central	2,944	7,008	6,612	3,361	2,773	6,037	3,021
Governo federal e BC (1)	2,937	6,919	6,548	3,286	2,682	5,950	2,928
Empresas estatais federais	0,007	0,088	0,064	0,075	0,091	0,088	0,093
Governos regionais	1,547	1,858	1,687	1,176	2,397	4,886	4,431
Estados	1,101	1,195	1,157	0,799	1,927	3,867	3,602
Municípios	0,331	0,352	0,256	0,278	0,366	0,611	0,616
Empresas estatais estaduais	0,101	0,298	0,258	0,088	0,091	0,386	0,201
Empresas estatais municipais	0,013	0,013	0,017	0,012	0,013	0,022	0,012
Primário	-5,660	-3,695	-4,652	-1,786	-1,023	-6,485	-4,057
Governo central	-5,231	-3,348	-3,666	-1,400	-0,600	-6,400	-3,248
Governo federal e BC	5,407	-2,833	-3,839	-2,459	-1,051	-5,252	-2,590
INSS	0,455	0,664	0,650	0,664	0,653	0,599	0,834
Empresas estatais federais	-0,279	-1,179	-0,477	0,396	-0,202	-1,747	-1,492
Governos regionais	-0,429	-0,347	-0,985	0,386	-0,423	-0,085	-0,809
Estados	-0,230	-0,051	-0,799	-0,393	-0,443	0,165	-0,439
Municípios	-0,177	-0,187	0,051	0,003	0,159	-0,127	-0,144
Empresas estatais estaduais	0,001	-0,102	-0,221	0,013	-0,193	-0,156	-0,225
Empresas estatais municipais	-0,023	-0,007	-0,017	-0,008	0,054	0,032	0,001
PIB mensal	80,640	81,874	87,781	92,126	94,180	96,685	97,343

Fonte: Banco Central (1) Inclui o INSS. * Dados preliminares (+) Déficit (-) Superávit

Trocando em miúdos

O êxito da política fiscal passou a ser medido não só pelo tamanho do superávit primário consolidado do setor público (que excluiu as despesas financeiras), mas também e sobretudo pelo indicador de dívida pública líquida como proporção do Produto Interno Bruto (PIB).

A ênfase no tamanho da dívida pública total, compreendida como interna e externa, estadual, municipal e federal, começou a surgir no auge da crise Russa e pautou a elaboração do programa trienal com o Fundo Monetário Internacional, por um receio básico: uma trajetória crescente e explosiva da dívida levaria o país ao "default", à inadimplência inclusive com os compradores de títulos públicos.

Na discussão do programa econômico com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ainda em fins de 1998, governo e fundo acertaram que ao final de 2001 a dívida

líquida deveria corresponder a 46,5% do PIB.

Não era um número mágico. A conta para chegar a esse percentual foi feita com base no PIB de dezembro de 1998 e estimativas para 1999, 2000 e 2001. Estimativas que, naquela ocasião, não consideraram a desvalorização cambial de janeiro de 1999 e seus efeitos na apuração, pelo IBGE, do verdadeiro tamanho do deflator implícito do PIB de 1999. Esse dado só foi divulgado pelo IBGE há um mês e ficou substancialmente abaixo do IGP-DI centrado que Banco Central utilizou tanto para calcular o PIB de 1999 quanto para projetar o deste ano e o de 2001. Ou seja, ao reduzir o valor do denominador (PIB), o numerador (dívida) ganhou novo patamar. Ficou impossível, assim, encerrar o programa com o FMI - que termina no ano que vem - com o originalmente prometido: dívida correspondente a 46,5% do

produto. E o superávit primário fixado para cada um desses anos do programa tinha a função de estabilizar essa relação.

Descumprir esse objetivo não significa que o governo fracassou na sua política fiscal nem que há um risco de inadimplência no horizonte. O chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, assinalou ao divulgar os resultados fiscais, ontem, que o relevante, nessa questão, é não ter uma dívida crescente e explosiva.

Para ele, mesmo que num patamar maior do que se imaginou, a dívida está estável em relação ao PIB e isso é que, diz ele, é importante. Corresponha a 43,4% do PIB em 1998, subiu para 49,7% do PIB em 1999 (impulsionada pela desvalorização cambial), deve encerrar este ano muito próxima de 50%, mas cairá em 2001, garante.

(Claudia Safatle)